



# Análises e propostas

## Desenvolvimento econômico e infraestrutura no Brasil: dois padrões recentes e suas implicações

Miguel Bruno

Renaut Michel B. Silva

Nº 38 | dezembro de 2009

**Miguel Bruno** - Assessor de Projetos Especiais - Crescimento e Desenvolvimento da DIMA/IPEA, Doutor em Economia pela EHESS - Paris e pelo IE - UFRJ, Professor Adjunto da FCE - UERJ e Professor Pesquisador licenciado da ENCE - IBGE.

**Renaut Michel B. Silva** - Doutor em economia pelo Instituto de Economia da UFRJ é professor da Universidade Candido Mendes onde leciona as disciplinas de Economia Brasileira e Macroeconomia nos cursos de graduação e mestrado. Atualmente é Assessor de Diretoria de Estudos Macroeconômicos do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada - IPEA.

**FRIEDRICH  
EBERT**   
**STIFTUNG**

O conteúdo apresentado em “Análises e Propostas” representa o ponto de vista dos autores e não necessariamente reflete a opinião da Fundação Friedrich Ebert.

Esta publicação substitui a série anterior “Policy Paper” e também está disponível na internet: [www.fes.org.br](http://www.fes.org.br).

# Índice

Apresentação	5
Introdução	7
A economia brasileira recente e as bases para um novo regime de acumulação	8
Crescimento, investimento e emprego em dois diferentes regimes	8
O dilema da estabilidade sem crescimenato	9
Principais fatos estilizados do desenvolvimento em infraestruturas	13
A evolução do estoque em construções não-residenciais	13
A recuperação do investimento no período 2004-2008	16
A economia brasileira em dois diferentes regimes de crescimento	16
Instabilidade e tendência à estagnação: o regime de crescimento do período (1997-2003)	17
Recuperação do investimento produtivo e do emprego: o regime de crescimento do período (2004-2008) e a necessidade dos investimentos em infra-estrutura	17
Acumulação de capital fixo produtivo e aceleração do crescimento	19
A rede nacional de infra-estrutura logística	19
O Estado como agente promotor dos investimentos em infraestrutura	20
O PAC: virtudes e limites	21
Considerações finais	23
Bibliografia	24



## Apresentação

Com esta série de Análise & Propostas a Fundação Friedrich Ebert (FES) busca disseminar considerações críticas sobre diferentes dimensões do desenvolvimento. Nosso principal objetivo é contribuir para que atores sócios-políticos comprometidos com o fortalecimento da democracia e com a ampliação da justiça social sejam interlocutores dos tomadores de decisão que influenciam a implantação de diversas políticas públicas, que ao fim constituem o atual modelo de desenvolvimento brasileiro. Nesse sentido, apostamos que as melhores escolhas governamentais são aquelas elaboradas em conjunto com os movimentos sociais, movimento sindical, acadêmicos, partidos políticos e diversas organizações não governamentais.

Esta série objetiva lançar bases conceituais iniciais sobre a temática do desenvolvimento tendo como foco a sociedade brasileira. Dentre os temas trabalhados nesta série de cinco ensaios, serão analisados: as condições políticas e históricas necessárias para que um projeto de desenvolvimento possa ser implementado de forma bem sucedida; a importância do salário mínimo (em processo de recuperação) como elemento-chave de uma política mais global de desenvolvimento social; a importância de um sistema de seguridade social como elemento básico de constituição e consolidação de uma sociedade desenvolvida. Também será objeto de análise a assertiva de que arrecadação de impostos, gastos governamentais e administração da dívida determinam que parte e em que proporções a sociedade se apropria do orçamento público. Por fim, é apresentado em detalhes a leitura de que existiram, no período recente no Brasil, dois diferentes padrões ou re-

gimes de crescimento: um padrão incompatível com um projeto consistente de desenvolvimento econômico, e outro que se mostra compatível com a constituição de uma rede de infraestrutura logística, que corresponde a uma das condições básicas do desenvolvimento do país.

Por meio dos nossos escritórios na América Latina, a FES pretende ampliar o número de atores sócio-políticos envolvidos neste debate. Além de nossos tradicionais parceiros brasileiros, criaremos plataformas de diálogo que também envolvam os demais países da região. Nesse sentido, temos a intenção que esta série de textos permaneça sendo utilizada como insumo nos encontros que buscam estimular a apropriação de conceitos técnicos por parte dos atores latinoamericanos, sem perder a dimensão política das escolhas que influenciam os modelos de desenvolvimento dos países de nossa região.



## Introdução

*O ensaio abaixo mostra que existiram no período recente no Brasil dois diferentes padrões ou regimes de crescimento: um padrão incompatível com um projeto consistente de desenvolvimento econômico. Outro que se mostra compatível com a constituição de uma rede de infraestrutura logística, que corresponde a uma das condições básicas do desenvolvimento do país.*

O conceito de infraestrutura refere-se ao sistema de serviços coletivos de uma região ou país, tais como os sistemas de transporte, telecomunicações e de saneamento básico. Num sentido amplo, e por sua relevância para o desenvolvimento social e econômico, pode-se considerar como parte das infraestruturas coletivas os sistemas de educação e de saúde. O prefixo “infra” é pertinente pois significando *abaixo* ou *embaixo*, busca expressar o conjunto de atividades e estruturas da economia de um país que servem de base para o desenvolvimento de outras atividades e sistemas. Conseqüentemente, o desenvolvimento econômico não pode ser analisado sem a questão da infraestrutura, já que esta surge como um de seus principais eixos. Os sistemas de transporte (rodoviário, hidroviário, aéreo e portuário), por exemplo, são componentes fundamentais da infraestrutura econômica por permitirem a articulação entre as regiões produtoras e consumidoras dos bens e serviços que um país pode dispor. Sem uma infraestrutura de transporte suficientemente desenvolvida, a economia terá sua taxa de crescimento limitada, pois um sistema deficiente de transporte converte-se em um gargalo ou ponto de estrangulamento na estrutura da economia. Neste contexto, destacam-se as rodovias, usinas hidrelétricas, portos, aeroportos, rodoviárias, sistemas de telecomunicações, ferrovias, rede de distribuição de água e tratamento de esgoto, sistemas de transmissão de energia, etc. como elementos fundamentais para o funcionamento das estruturas de oferta e de demanda. Pode-se considerar também que os gargalos em infraestrutura se traduzem em custos de produção mais elevados e, conseqüentemente, tendem a pressionar para cima a taxa de inflação e o custo

de vida. Além disso, reduzirão a competitividade externa da economia, à medida em que tornam os produtos exportados mais caros.

Historicamente, a infraestrutura no Brasil tem sido promovida quase que exclusivamente através de investimentos públicos. Todavia, a partir dos anos 1990, as privatizações e as parcerias entre os setores público e privado possibilitaram a entrada significativa de empresas privadas nacionais e estrangeiras via contratos de concessão. Uma análise da questão da infraestrutura no Brasil mostra que este país acumula déficits consideráveis em várias de suas componentes. Estudos recentes mostram que a matriz energética brasileira é notável em termos de reprodutibilidade e sustentabilidade ambiental. Por outro lado, a matriz de transporte é ainda muito deficiente, sendo responsável por elevados níveis de fretes. De fato, a economia brasileira ressenete-se dos níveis muito reduzidos de investimento em ferrovias e hidrovias, modalidades mais adequadas, tanto por critérios econômicos quanto ambientais, considerando-se as dimensões continentais do país.

De acordo com a Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base – Abdib, o atendimento e a infraestrutura no setor de saneamento ambiental, englobando água, esgoto e gestão de resíduos são ainda muito ruins no Brasil. Mas o cenário é promissor, quando se avaliam as condições econômicas do período 2004-2009, em que é possível identificar um novo regime de crescimento e de acumulação de capital fixo.

Em razão da atual crise americana e de sua propagação rápida pela economia brasileira, o setor de infraestrutura ganhou ainda mais relevância, tanto por seu potencial de geração de emprego, quanto por suas sinergias com as demais atividades econômicas. Se o Programa de Aceleração do Crescimento Econômico – PAC já previa aportes de recursos consideráveis para o desenvolvimento infraestrutural, dentro de uma estratégia de crescimento de longo prazo, a continuidade desses investimentos e até mesmo sua intensificação, tornam-se agora, face aos efeitos da crise americana, mais prementes para possibilitar a retomada do crescimento em bases sustentáveis e a taxas mais altas.

Este artigo está estruturado da seguinte maneira. A seção 2 proporciona um panorama das transformações macroeconômicas que permitiram a emergência de um novo regime de acumulação e de crescimento econômico no Brasil. Destaca ainda o fato de que apesar da estabilidade de preços alcançada na segunda metade dos anos 1990, a economia brasileira ainda não foi capaz de superar suas restrições estruturais e de política econômica que tornam difícil o crescimento forte e sustentável. A seção 3 analisa os principais fatos estilizados do desenvolvimento em infraestrutura no Brasil. Os fatos estilizados ou fatos característicos descrevem as evoluções tanto isoladas quanto conjuntas de variáveis macroeconômicas fundamentais ao processo de desenvolvimento econômico. A seção 4 procura mostrar a existência de dois diferentes regimes ou padrões de crescimento econômico no período 1994-2009. O primeiro regime, vigente no subperíodo 1994-2003, revelou-se nitidamente incompatível com a retomada dos investimentos em infraestrutura. Por outro lado, o segundo regime, que emerge no subperíodo 2004-2009, apresenta características notáveis que o distinguem estrutural e conjunturalmente do primeiro. Por exemplo, a formação bruta de capital fixo (que inclui tanto a infraestrutura residencial quanto a não-residencial) cresceu a um ritmo de quase três vezes o do produto interno bruto (PIB). Observa-se também crescimento do nível geral de emprego como um dos resultados do aumento da taxa de investimento. Este fato exige das análises do processo de desenvolvimento brasileiro uma atenção maior quanto às condições que poderiam explicar melhor a retomada recente do crescimento econômico a taxas mais elevadas. A seção 5 busca mostrar o modo como a aceleração do crescimento depende fortemente do investimento em infraestrutura e portanto, da acumulação de capital fixo. Destaca também que, no caso particular da economia brasileira, as condições de financiamento da infraestrutura dependem de mudanças institucionais desenhadas para induzir uma maior participação dos capitais privados neste setor. A sexta e última seção reúne as principais conclusões e tece considerações sobre as perspectivas de evolução deste setor para os próximos anos.

## A economia brasileira recente e as bases para um novo regime de acumulação

Um regime de acumulação é um resultado da evolução conjunta das condições de produção (base da oferta) e de distribuição (base da demanda) dos bens e serviços necessários à existência da sociedade. A noção de *regime* expressa então o padrão de crescimento ou a performance macroeconômica observada em períodos determinados. Tais padrões podem ser mais ou menos estáveis e duradouros, traduzindo o ritmo de expansão do PIB e as formas de sua repartição entre atores econômicos e sociais. As economias podem evoluir através de uma sucessão de diferentes regimes de acumulação e de crescimento econômico ao longo de sua história. Existem regimes mais adequados ou compatíveis com o processo de desenvolvimento econômico e social de um país ou região, enquanto outros podem retardá-lo ou mesmo bloqueá-lo por tempo *a priori* indeterminado.

O início da “era Lula” foi marcado por um processo que parece ter dominado toda a gestão do então presidente Fernando Henrique Cardoso. A economia brasileira evoluiu segundo uma lógica do tipo *stop and go*, conforme atesta o Gráfico 1 abaixo, revelando grande volatilidade das taxas de crescimento econômico e do investimento em capital fixo. Cabe então investigar-se se esse padrão era de fato a expressão de um regime de acumulação inadequado ao processo de desenvolvimento econômico do país.

### Crescimento, investimento e emprego em dois diferentes regimes

Podemos observar segundo o gráfico abaixo, que o período que vai de 1999 até 2006 é caracterizado por uma importante volatilidade das taxas de crescimento do PIB. Tal volatilidade pode em grande medida ser explicada, marcadamente até 2002, pela restrição externa ao crescimento. O mecanismo funcionava da seguinte maneira. A economia brasileira entrava em uma trajetória de crescimento que pressionava a pauta de importações. Essas pressões se refletiam em pres-

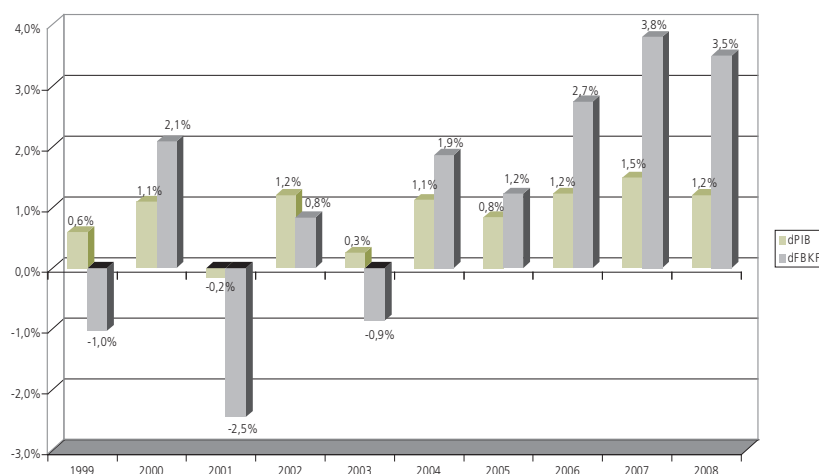


sões por desvalorização da taxa de câmbio, elevando o preço dos *tradables*, colocando em risco o comportamento da inflação. Para enfrentar esse risco, a autoridade monetária implementava uma política monetária contracionista que abortava a fase anterior de crescimento. Estava reproduzido o *stop and go* em seus efeitos mais adversos social e economicamente.

O ano de 2006 parece ser um marco de ruptura com a instabilidade na taxa de crescimento do PIB. Conforme atesta o Gráfico 1, a economia brasileira passa a conviver com um comportamento mais

regular dessa variável, dando margem a interpretações mais otimistas acerca do desempenho da variável crescimento da economia brasileira. A partir do segundo mandato da “era Lula” apontam no cenário alguns elementos que merecem uma análise cuidadosa, no sentido de ser feita uma avaliação sobre a existência ou não das bases de um novo regime de acumulação para a economia brasileira. Um primeiro elemento que deve ser analisado é o comportamento da formação bruta de capital fixo (FBKF) comparativamente ao comportamento do produto interno bruto, variável também descrita no mesmo gráfico.

**GRÁFICO 1. Formação bruta de capital fixo e PIB - taxas reais médias trimestrais de crescimento no ano em relação ao trimestre anterior (1999-2008) (em %)**



Fonte: IBGE: Contas Nacionais trimestrais. Séries dessazonalizadas.

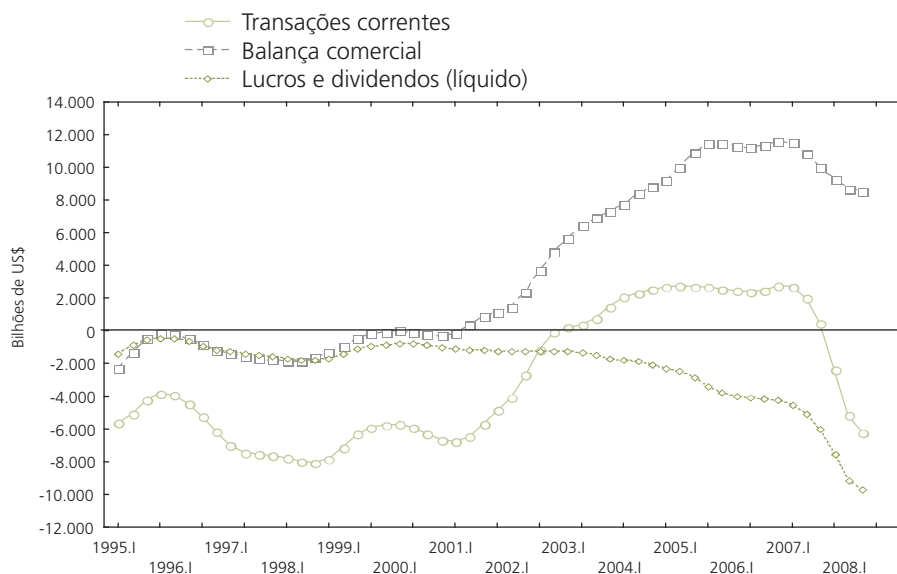
NOTA: dPIB e dBKf são, respectivamente, as taxas de crescimento do PIB e da formação bruta de capital fixo ou investimento produtivo.

Verificamos que, marcadamente a partir de 2004, a FBKF passa a crescer a taxas maiores que a taxa de crescimento do PIB, trajetória esta que ganha consistência a partir de então. Deste ponto de vista, é possível pensar em um aumento da sustentabilidade do crescimento na medida em que é possível falar em uma verdadeira preparação da oferta agregada em dar respostas ao crescimento da demanda. Ou seja, é possível inferir que no futuro próximo a economia brasileira não irá conviver com pressões inflacionárias por conta de inelasticidades de oferta e/ou excessos de demanda. Conseqüentemente, pode-se considerar a emergência de um novo regime de crescimento da FBKF, iniciado em 2005.

## O dilema da estabilidade sem crescimento

Conforme explicitado na seção anterior, o estabelecimento de um regime de acumulação pressupõe outras condições estruturais e macroeconômicas. Entre essas condições, destaca-se a forma com que uma economia organiza sua inserção internacional. Aqui mais especificamente estamos falando de uma preocupação focada no desempenho do balanço de pagamentos da economia brasileira. Neste sentido, o Gráfico 2 é um bom alerta.

**GRÁFICO 2. Transações correntes, balança comercial e lucros e dividendos (1995 -2008)**  
(em bilhões de US\$)



FONTE: Banco Central do Brasil. NOTA: Séries suavizadas.

## 10

O desempenho externo da economia brasileira vem se deteriorando, conforme atesta este gráfico. Os riscos para a consolidação de um regime de acumulação se apresentam na hipótese de se instalar novamente um regime de *stop and go*, alternando fases curtas de expansão com fases de desaceleração do nível de atividade ou até mesmo de recessões. Por este motivo é importante estar alerta para se prevenir dos riscos de um quadro repetido de restrição externa ao crescimento tal qual tínhamos no período que marcou a gestão FHC. Outro elemento que deve estar na mira é a questão salarial, que na escola da regulação francesa assume a dimensão de uma categoria basal denominada Relação Salarial.<sup>1</sup>

A Tabela 1 abaixo exige uma reflexão sobre este elemento e seus limites para a consolidação de um novo regime de acumulação para a economia brasileira:

Pode-se observar que a economia brasileira vem produzindo empregos que estão muito concentrados em remunerações entre 0 a 3,0 Salários Mínimos. Do ponto de vista regulacionista, este seria um limitador para o estabelecimento de um regime de acumulação capaz de proporcionar taxas mais elevadas e sustentáveis de crescimento econômico, uma vez que a massa salarial é o componente mais importante da demanda de consumo nas sociedades modernas. E uma das razões principais para isto seria a ausência de uma relação salarial que lhe seja compatível em termos de formalização das relações de emprego, qualidade e remuneração dos postos de trabalho.

Ou seja, a economia brasileira estaria apresentando trajetórias interessantes do ponto de vista da consolidação de um novo regime de acumulação e outras nem tanto. Resta acompanhar a evolução destes parâmetros para uma futura constatação da existência ou não das bases de um modelo de desenvolvimento econômico.

<sup>1</sup> Definir as formas da relação salarial é caracterizar as relações existentes entre as diversas formas de organização do trabalho, o modo de vida e as configurações de reprodução dos assalariados. Em termos analíticos, cinco componentes caracterizam as configurações históricas da relação capital/trabalho: tipo de meios de produção, forma de divisão social e técnica do trabalho, modalidade de mobilização e de vínculo dos assalariados à empresa, determinantes da renda salarial direta ou indireta e, finalmente, modo de vida assalariado mais ou menos ligado a aquisição de mercadorias ou a utilização de serviços coletivos extramercado.

**TABELA 1. Vagas Criadas e Respectivas Remunerações em Salários Mínimos (%)**

	De 0 a 1,0	De 1,1 a 2,0	De 2,1 a 3,0	De 0 a 3,0	De 3,1 a 5,0	De 5,1 a 10,0	Mais de 10,1
2004	9,8	60,7	17,5	88,0	7,0	3,1	1,8
2005	11,1	62,5	15,4	88,9	6,5	2,9	1,7
2006	12,9	65,6	12,2	90,7	5,3	2,5	1,6
2007	11,7	68,5	11,2	91,4	4,9	2,2	1,5
jan/08	8,1	71,0	11,8	91,0	5,1	2,3	1,6
fev/08	8,3	70,3	12,1	90,7	5,3	2,4	1,6
mar/08	17,1	66,0	9,3	92,3	4,2	2,0	1,4
abr/08	15,2	67,0	9,7	91,9	4,5	2,1	1,5
mai/08	13,4	68,1	10,3	91,8	4,6	2,1	1,5
jun/08	12,8	68,1	10,9	91,7	4,7	2,1	1,5
jul/08	11,6	68,8	11,1	91,5	4,8	2,2	1,5

FONTE: MTE/Caged. Elaboração IPEA/DIMAC/GAP.

Um fato característico da economia brasileira dos anos 1990 foi que o fim da alta inflação não se constituiu em uma condição suficiente para o surgimento de um novo regime de acumulação. Com a inflação debelada e os microfundamentos em ordem, estaríamos aptos a receber os investimentos estrangeiros, marcadamente os investimentos diretos atraídos pelo bom desempenho microeconômico e as boas oportunidades de negócios. A poupança externa teria como função, em primeiro lugar, assegurar o equilíbrio do balanço de pagamentos, sem a necessidade de uma política monetária contracionista marcada por juros elevados. Na medida em que, grosso modo, esta poupança seria composta por investimento direto. Em segundo lugar, seria o principal instrumento para a retomada do crescimento, consolidando, deste ponto de vista, um novo regime de acumulação.

Com efeito, mesmos os críticos da estratégia econômica inaugurada pelo Plano Real reconhecem que nela existia uma coerência interna. Segundo Ferreira e Silva (2003), após a primeira etapa de consolidação da estabilidade de preços e de avanços nos microfundamentos, a política monetária poderia ser “relaxada”, adequando-se a um quadro de taxas de juros compatíveis com a retomada do crescimento, tendo em vista que o equilíbrio do balanço de pagamentos seria mantido por meio de fluxos de investimento direto. Ademais, em função da própria inserção

externa liberal, seria possível contar no futuro com o aumento da produtividade que, pelo menos em tese, poderia viabilizar um superávit comercial também compatível com o equilíbrio externo. No entanto, a crítica ao modelo estava exatamente na fragilidade externa nele implícita. A consolidação do processo de estabilização dependia da manutenção de um ambiente de estabilidade financeira internacional. Contudo, a segunda metade da década de 1990 caracterizou-se como uma fase de grande turbulência financeira externa. Este ambiente, marcado por instabilidade macroeconômica e aversão ao risco, foi inaugurado pela crise mexicana do final de 1994 e início de 1995. Após um breve período de relativa calma, o ano de 1997 retoma um quadro de importantes crises cambiais que evidentemente tornou bastante complexas as necessidades de financiamento de déficits em transações correntes das economias emergentes. Foi o que ocorreu no sudeste asiático e na Rússia em 1998. Claro que esse ambiente financeiro marcado pela incerteza e aversão ao risco contaminou a economia brasileira, em razão da opção pela liberalização dos fluxos de capitais.

Segundo Ferreira e Silva (2003), o mecanismo tradicional de defesa de modelos de âncora cambial em ambiente de crise é a elevação da taxa de juros, e esse instrumento foi largamente utilizado no Brasil. No entanto, a utilização

desse instrumento produz efeitos colaterais bastante perversos, notadamente sobre os investimentos privados e o desempenho das contas públicas. Uma vez que a equipe econômica deu preferência à política monetária para defender o balanço de pagamentos, geraram, em contrapartida, dúvidas sobre a sustentabilidade da dívida pública que, em um ambiente de incerteza, dificultou ainda mais a captação da poupança externa capaz de assegurar o equilíbrio do balanço de pagamentos. Assim, como em um círculo vicioso, as dificuldades em atrair capitais levaram o Banco Central a elevar os juros, que, por sua vez, dificultaram o já complexo processo de financiamento da dívida pública, gerando incerteza. Estava criado o ambiente propício para um ataque especulativo.

No segundo semestre de 1998, com dificuldade de fechar suas contas externas, o governo brasileiro recorreu ao Fundo Monetário Internacional em busca de um colchão de liquidez que evitasse uma moratória, resultando em um acordo que assegurou ao país o montante de US\$ 41,5 bilhões, visando à obtenção de condições para enfrentar o ataque especulativo que o Real já vinha sofrendo havia alguns meses. Esse era o grande risco da aposta implícita no Plano Real. O risco de uma política de bandas cambiais em um contexto de completa mobilidade de capitais sempre gera a possibilidade de ataques especulativos contra as reservas internacionais do país. Contudo, o grande problema implícito no modelo que vigorava desde 1994 era a sua incapacidade de eliminar a restrição externa ao crescimento. Ao se utilizar preferencialmente da política monetária para a defesa da moeda nacional, o modelo se mostrava incapaz de eliminar a barreira que impedia o Brasil de entrar em um círculo virtuoso de crescimento econômico, ou seja, um novo regime de acumulação.

Quando da implantação do Real havia, claramente, uma defasagem cambial importante que comprometia muito os resultados das contas comerciais e de transações correntes, exigindo vultosos fluxos de capitais externos. Para obtê-los praticava-se uma política monetária que mantinha a taxa de juros doméstica sempre

entre as mais elevadas do mundo, estabelecendo-se as condições de um modelo marcado pela dominância financeira. Como este modelo implica que os recursos disponíveis (as poupanças de empresas e famílias) são atraídos para ativos financeiros improdutivos, necessariamente promove a escassez de recursos para investimento em infraestrutura.

O governo retardou o enfrentamento do problema e, quando o fez, ampliando a magnitude das bandas cambiais, foi tímido em demasia. Diante da impossibilidade de conter o ataque especulativo ao Real, que já consumira parcela significativa de suas reservas cambiais e das dúvidas, cada vez mais concretas, acerca da capacidade do modelo de âncora cambial assegurar o crescimento econômico, em janeiro de 1999 o país abandonou o regime de bandas cambiais, implantando novamente o regime de taxa flutuante. A consequência dessa alteração foi uma significativa depreciação da nossa moeda, com sua conseqüente pressão inflacionária. Para evitar o descontrole da inflação, a nova direção do Banco Central recorreu ao mesmo remédio usado no modelo de âncora cambial: a elevação da taxa oficial de juros, a Selic.

Em substituição ao modelo de âncora cambial, o Banco Central do Brasil adotou o regime de metas de inflação. Este é um modelo relativamente recente, mas já utilizado desde o início da década de 1990, em vários países, como Chile e Canadá (1991), Israel e Reino Unido (1992), Austrália, Suécia e Finlândia (1993), Espanha (1994) e Polônia (1998), entre outros. Segundo Rigolon e Giambiagi (1999), metas de inflação explícitas têm duas funções: 1º) servir como mecanismo de coordenação para a fixação de preços e salários; 2º) prover um objetivo preciso e transparente à política monetária, cujo desempenho pode ser avaliado pela aderência da inflação à meta estabelecida. A introdução de metas inflacionárias compreende: i) a escolha da estabilidade de preços como objetivo prioritário da política econômica; ii) uma elevada autonomia do Banco Central. Contudo, na literatura que trata do tema, existe um grupo importante de economistas que assume uma postura críti-

ca em relação ao modelo de metas de inflação. O principal argumento desse grupo diz respeito ao papel que assume a política monetária em um ambiente explícito de metas de inflação. Segundo essa corrente, ao focar a política monetária exclusivamente na inflação, os governos estariam subestimando o papel desta enquanto elemento importante na busca do crescimento econômico e do pleno emprego (um novo regime de acumulação), ou seja, usar o modelo de metas de inflação significa somente utilizar a taxa de juros para combater a inflação em vez de reconhecer que, evidentemente, além desse papel, esse instrumento de política econômica deve ser usado com outros objetivos macroeconômicos, tais como a geração de emprego e o crescimento do PIB per capita.<sup>2</sup>

No que nos interessa, contudo, a questão central para a economia brasileira era enfrentar o desafio de eliminar a restrição externa ao crescimento que vigorava desde a implantação do modelo de âncora cambial. Ou seja, a adoção do regime de metas viabilizaria o início de um círculo virtuoso de crescimento econômico? A verdade é que, excetuando-se o ano de 2000, quando o Brasil cresceu a uma taxa próxima de 4,5%, os anos seguintes à adoção do modelo de metas de inflação foram de taxas de crescimento medíocres, invariavelmente explicadas pela política monetária contracionista, que foi subproduto de desequilíbrios no balanço de pagamentos. Segundo Ferreira e Silva (2003), seja por um ambiente internacional de aversão ao risco dos países emergentes, seja pela crise energética ou a incerteza acerca da vitória de um candidato de esquerda nas eleições presidenciais de 2002, verificou-se que todos esses eventos se refletiram em pressões na taxa de câmbio, com evidentes reflexos no comportamento da taxa de inflação, obrigando a autoridade monetária a usar a taxa de juros para tentar alcançar a meta estipulada para esse índice. Evidentemente, o principal custo dessa decisão foi impedir que a economia brasileira convivesse com taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) compatíveis com a necessidade de melhora na distribuição da renda e na desigualdade social.

## Principais fatos estilizados do desenvolvimento em infraestruturas

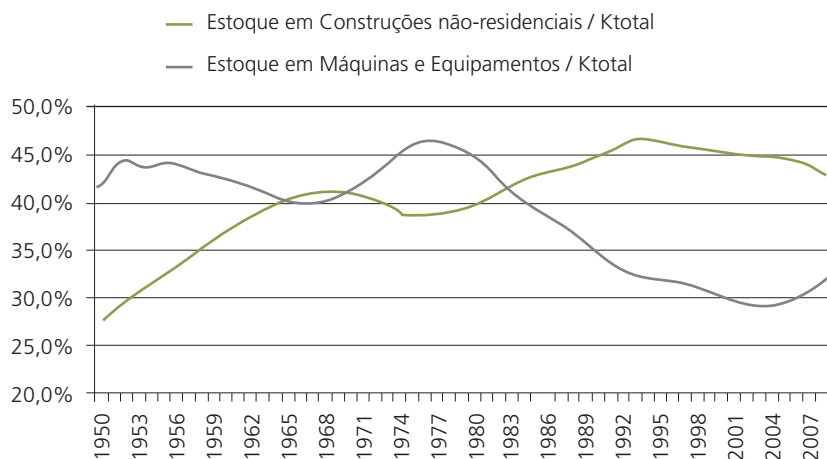
Esta seção descreve os principais fatos característicos da evolução da infraestrutura na economia brasileira, a partir de séries de dados macroeconômicos. A variável básica utilizada é o estoque de capital fixo em seus três componentes: estoque em construções não-residenciais, residenciais e máquinas e equipamentos. Portanto, além de incluir o estoque referente à infraestrutura, esses dados explicitam sua componente diretamente produtiva, permitindo uma avaliação mais precisa de sua evolução tanto recente quanto de longo prazo.

### A evolução do estoque em construções não-residenciais

A observação do Gráfico 3 permite as seguintes considerações. A participação relativa das construções não-residenciais no estoque de capital fixo líquido total cresce desde 1950, mas atinge um pico em 1994, de 46,56%. Desde então, sua participação relativa tem sido nitidamente declinante, justamente num período em que a economia brasileira modifica sua forma de inserção no regime internacional, para adequar-se aos desafios impostos pela globalização. Este fato é um indicador de que a economia brasileira precisa retomar os investimentos em infraestrutura, a taxas suficientemente elevadas, a fim de que possa superar seus principais gargalos ou pontos de estrangulamento. Estes últimos elevam os custos de produção e reduzem o poder aquisitivo dos salários. Um exemplo notável provém do elevado custo do frete rodoviário, cerca de quatro vezes o ferroviário em deslocamentos de longa distância. Em um país com dimensões continentais como o Brasil, o déficit em infraestrutura ferroviária tem impactos negativos sobre as condições de produção e de distribuição de bens e serviços. As longas distâncias percorridas em rodovias afetam as decisões locacionais de indústrias e de outras empresas, afastando-as precisamente de regiões mais carentes e promovendo a concentração espacial das estruturas de produção em torno dos grandes centros urbanos do eixo Sul-Sudeste.

<sup>2</sup> Destaque-se que o Federal Reserve, o banco central dos EUA, não adere ao sistema de metas de inflação. De fato, o regimento interno do Fed apresenta três metas que macroeconomicamente coerentes e fundamentais: controle da inflação, geração de emprego e crescimento econômico.

**GRÁFICO 3. PARTICIPAÇÃO DAS CONSTRUÇÕES NÃO-RESIDENCIAIS NO ESTOQUE TOTAL DE CAPITAL FIXO (1950-2008)**



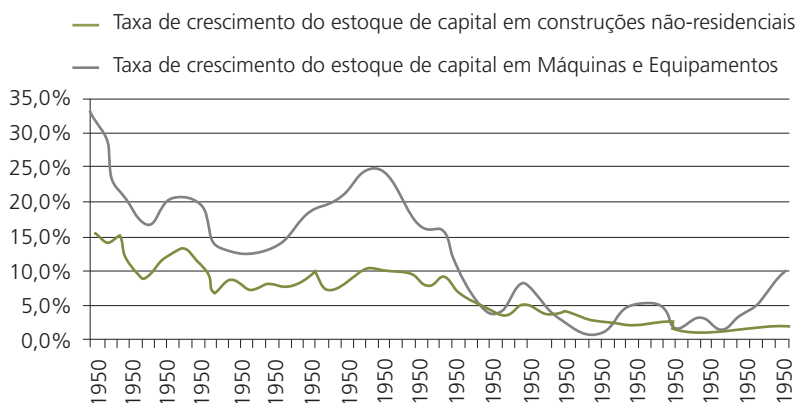
FONTE: IPEADATA

14

A análise dessas mesmas variáveis em taxas de crescimento (Gráfico 4) mostra que o ritmo de expansão do estoque em construções não-residenciais permaneceu numa média anual de apenas 2% ao longo de todo o período pós-liberalização (1990-2008). Este fato expressa a reduzida taxa de investimento em infraestrutura, precisamente

quando o Brasil muda sua forma de inserção internacional e precisa responder aos maiores requisitos de competitividade externa. Destaca-se porém o forte crescimento do estoque em máquinas e equipamentos entre 2004 e 2008 que favoreceu a expansão econômica recente.

**GRÁFICO 4. ACUMULAÇÃO DE CAPITAL EM CONSTRUÇÕES NÃO-RESIDENCIAIS E MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS (1951-2008)**

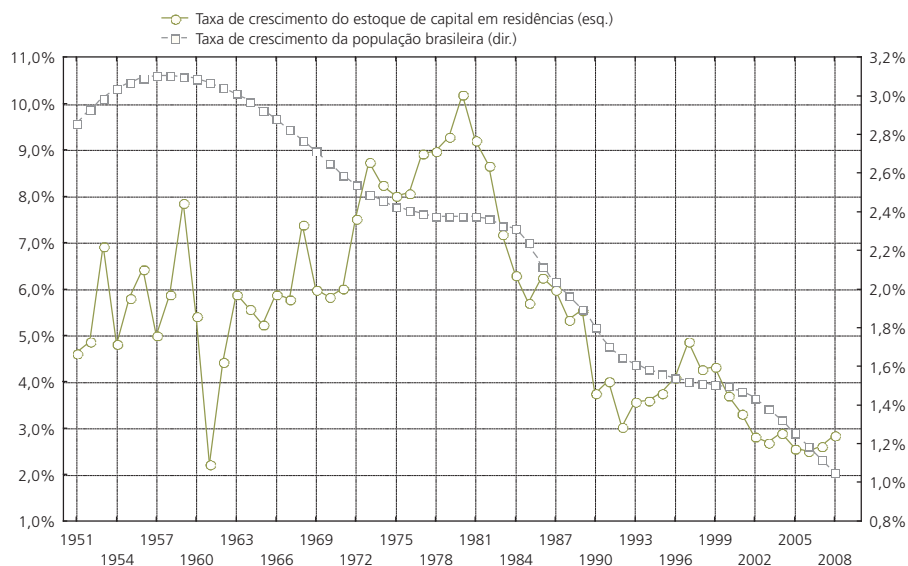


FONTE: IPEADATA

Entre 1950 e 1980, não há uma relação nítida entre a expansão da infraestrutura residencial e o crescimento populacional brasileiro, como pode ser constatado pelo Gráfico 5. O subperíodo 1950-1970 caracteriza-se por taxas de crescimento demográfico acima de 2,7% a.a mas em tendência de declínio. Por outro lado, o cresci-

mento do estoque em residência neste mesmo período permanece estagnado num média de 5,5% a.a. Após 1980, as taxas de crescimento demográfico e do estoque em construções residenciais evoluem segundo uma mesma tendência comum de declínio.

GRÁFICO 5. POPULAÇÃO E INFRAESTRUTURA HABITACIONAL (1950-2008)



FONTE: IPEADATA.

Como essa tendência de declínio da população é decorrente da atual fase de transição demográfica brasileira, pode-se argumentar que o padrão de crescimento do setor habitacional apresenta-se agora mais sensível à nova estrutura etária da população, passando a refletir mais o comportamento da demanda efetiva em residências. Contudo, isso não significa que

o elevado déficit habitacional no Brasil esteja sendo equacionado e superado por mero efeito da desaceleração do crescimento demográfico. Significa que as novas condições demográficas podem favorecer a superação do mesmo, já que o volume requerido de investimento em residências poderia ser menor do que o exigido no período 1950-1980.<sup>3</sup>

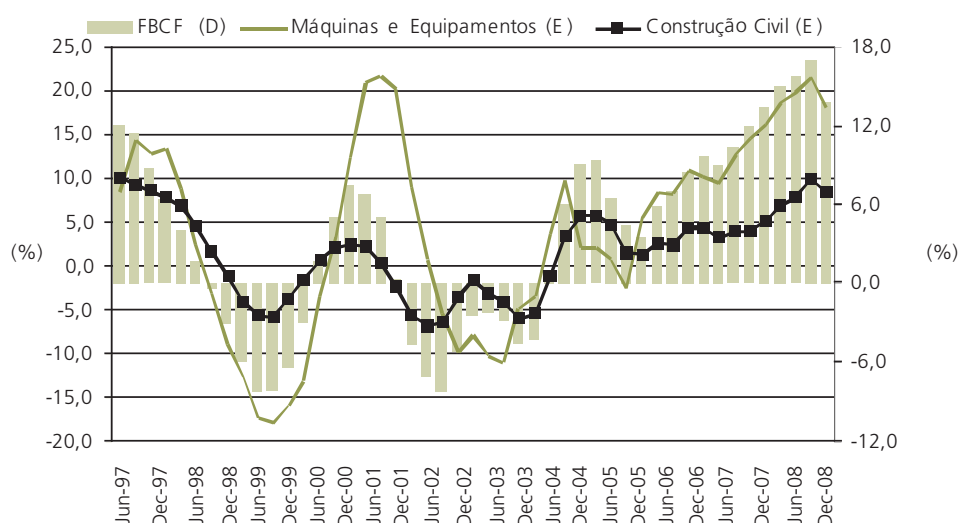
<sup>3</sup> A chamada transição demográfica expressa-se inicialmente em uma mudança da estrutura etária da população brasileira. Numa primeira fase desse processo, a percentagem de idosos e de crianças diminui significativamente em relação à percentagem de indivíduos em idade ativa ou de trabalho. O número de filhos e de idosos dependentes por família declina e isso favoreceria o crescimento econômico, a acumulação de capital e de poupança. Alguns demógrafos denominam essa primeira fase da transição de fase de "bônus" ou de "dividendo" demográfico. Outros autores preferem fazer alusão a algo que é apenas potencial, como representando uma "janela de oportunidade demográfica", pois a economia precisa fazer a sua parte gerando emprego e renda suficiente para uma oferta de força de trabalho em expansão. As projeções populacionais apontam que a partir de 2030, essa janela de oportunidade se fecha, pois a população começa a envelhecer mais rapidamente e a razão de dependência, isto é, o número de indivíduos dependentes por famílias também aumenta.

## A recuperação do investimento no período 2004-2008

O Gráfico 6 é particularmente útil para mostrar como a formação bruta de capital fixo (FBCF) evoluiu segundo dois padrões contrastados. No subperíodo 1997-2003, a dinâmica das taxas de crescimento da FBCF é muito mais volátil, apresentando um padrão cíclico do típico “stop and go” já anteriormente men-

cionado. Isto é, cresce de modo rápido por curtos períodos de tempo e logo em seguida se contrai, tornando-se negativa. Já no período pós-2004, a FBCF cresce num ritmo mais forte e com regularidade. O declínio observado dessas variáveis em finais de 2008 foi decorrência da propagação da crise americana e não reflete, necessariamente, a existência de fatores endógenos insuperáveis que bloqueariam a continuidade dessa expansão.

GRÁFICO 6. DOIS DIFERENTES PADRÕES DE ACUMULAÇÃO DE CAPITAL (1997-2008)



FONTE: IPEADATA

NOTA: As variáveis estão em taxas de crescimento acumuladas em 12 meses.

## A economia brasileira em dois diferentes regimes de crescimento

A observação das séries econômicas no período pós-liberalização permite considerar a existência de dois diferentes regimes de crescimento e acumulação de capital da economia brasileira. De acordo com o que foi descrito na seção precedente, a instabilidade das taxas de investimento até 2003 resultou em taxas baixas e muito voláteis

de crescimento econômico. A taxa de acumulação de capital fixo – crescimento do estoque em máquinas e equipamentos, mais construções não-residenciais e residenciais – foi igualmente muito reduzida, o que comprometeu o crescimento do produto potencial do país. Em consequência, a economia brasileira manteve-se em uma trajetória de crescimento econômico muito abaixo de sua média histórica e da média observada nas demais economias emergentes.

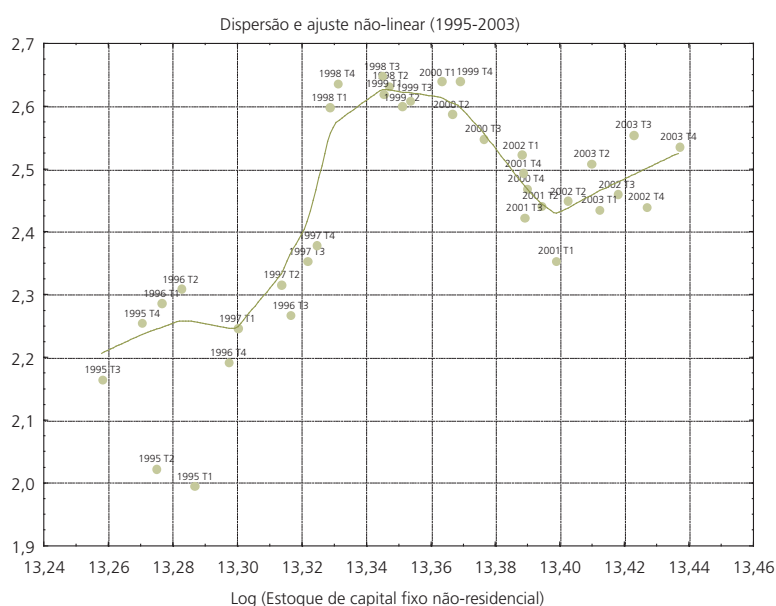


## Instabilidade e tendência à estagnação: o regime de crescimento do período (1997-2003)

O exame do Gráfico 7 permite observar-se que há grande instabilidade da relação entre investimento em infraestrutura não-residencial e o desemprego. Destaca-se o subperíodo 2001-2003, onde a expansão da infraestrutura

ocorreu com aumento da taxa de desemprego. A explicação reside tanto nas taxas de crescimento econômico que eram então muito baixas quanto no fato de a criação de empregos no setor de infraestrutura não ter sido capaz de compensar a destruição de empregos em outros setores e atividades econômicas.

GRÁFICO 7. A INSTABILIDADE DA RELAÇÃO ENTRE INFRAESTRUTURA NÃO-RESIDENCIAL E O DESEMPREGO NO PERÍODO 1995-2003



FONTE: IPEADATA

## Recuperação do investimento produtivo e do emprego: o regime de crescimento do período (2004-2008) e a necessidade dos investimentos em infra-estrutura

No período 2004-2008, a relação entre os investimentos em infraestrutura e a taxa de desemprego reencontra o comportamento previsto pela teoria econômica: **expansões do estoque em construções não-residenciais tendem a reduzir as taxas de desemprego**. A associação (correlação) entre essas duas variáveis mostra-se, portanto

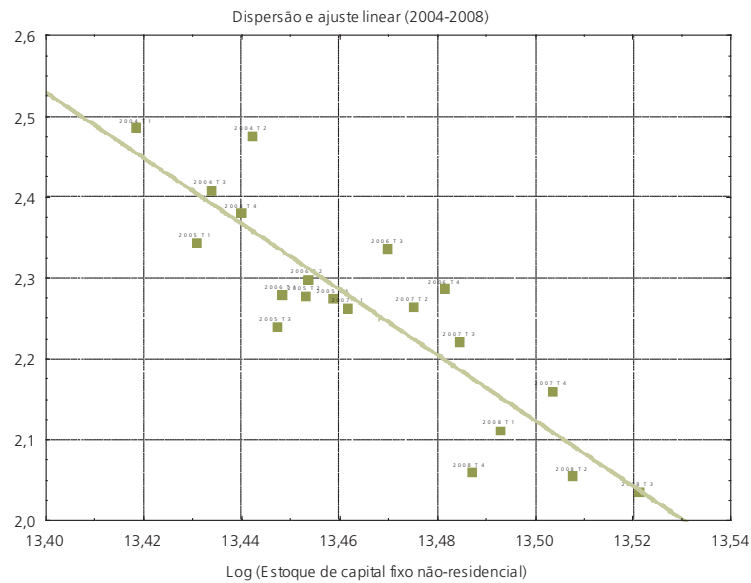
negativa, tal como pode ser observado no Gráfico 8. Do ponto de vista de uma estratégia de desenvolvimento econômico nacional, esse fato torna-se altamente relevante, pois corrobora a necessidade de se intensificar os investimentos no setor de infraestrutura e reforça as prioridades constantes do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado pelo atual governo.

Outra maneira de se observar o mesmo fenômeno pode ser obtida pelo Gráfico 9. Desta vez no eixo vertical a variável é o nível geral de emprego. A associação entre emprego e o es-

toque de capital fixo em construções não-residenciais é claramente positiva. Isto implica que os investimentos em infraestrutura expandem os níveis de ocupação e são portanto, fundamentais para a sustentabilidade do processo de crescimento e de desenvolvimento econômicos brasileiro. Poder-se-ia incluir também o estoque em construções residenciais, mas optou-se por destacar apenas a componente produtiva dos

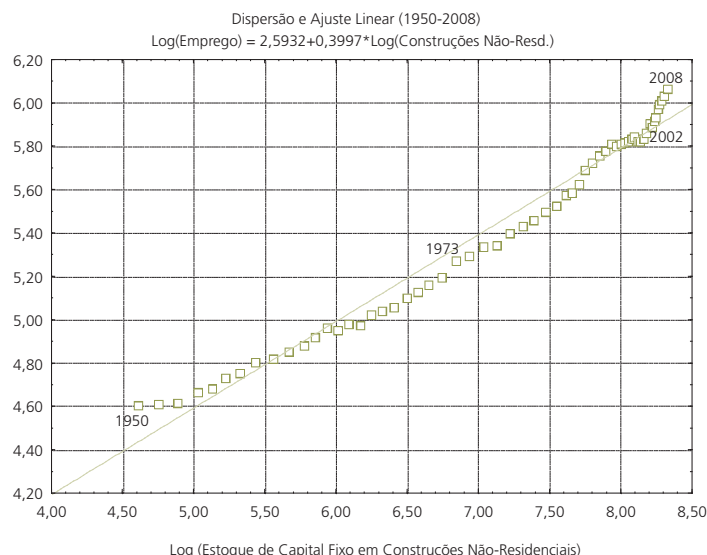
recursos alocados em infraestrutura em razão de seus impactos diretos sobre os sistemas de produção e de demanda. Em outros termos, o estoque em infraestrutura não-residencial, que inclui os sistemas de transporte, comunicação, energia e logística, aumenta a eficiência da economia e permite o crescimento dos ganhos de produtividade que estão na base do desenvolvimento das nações.

**GRÁFICO 8. UMA RELAÇÃO ESTÁVEL ENTRE INFRAESTRUTURA NÃO-RESIDENCIAL E O DESEMPREGO NO PERÍODO 2004-2008**



FONTE: IPEADATA

**GRÁFICO 9. A RELAÇÃO ENTRE INFRAESTRUTURA NÃO-RESIDENCIAL E O NÍVEL GERAL DE EMPREGO NO PERÍODO 2004-2008**



FONTE: IPEADATA

## Acumulação de capital fixo produtivo e aceleração do crescimento

Os estudos em séries históricas desenvolvidos pelo economista britânico Angus Maddison (2005) mostram que entre os fatores determinantes do crescimento econômico se destaca o enorme crescimento do estoque de capital físico. A expansão do estoque em estruturas não-residenciais mostrou-se também significativa, mas o aumento do estoque em máquinas e equipamentos foi, nas palavras do pesquisador, sensacional. No processo de desenvolvimento dos países da OCDE, esta última componente do estoque de capital, em razão do progresso técnico, cresceu em conexão com o aumento do capital humano mensurado por anos de educação formal. Isto implica que o crescimento econômico sustentável tem como base a acumulação de capital fixo produtivo, ou seja, o aumento do estoque em construções não-residenciais e em máquinas e equipamentos.

## A rede nacional de infra-estrutura logística

Considerando-se às dimensões continentais do Brasil, o transporte ferroviário adquire relevância fundamental na rede nacional de infraestrutura logística. Porém, as malhas ferroviária e rodoviária brasileiras são ainda precárias e constituem um dos mais graves entraves à sustentabilidade do crescimento econômico. Os investimentos nesse setor têm sido muito reduzidos.

Segundo o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte - DENIT, a malha ferroviária brasileira voltada para o serviço público de transporte de carga tem 29 mil quilômetros de extensão e participa com cerca de 20% na distribuição da matriz de transporte do Brasil. Uma cifra muito modesta, que mostra a urgência em acelerar-se os investimentos nesse setor. A operação das ferrovias brasileiras é realizada por intermédio de concessões à iniciativa privada. Cabe ao DNIT o planejamento, estudo e construção de novas ferrovias, bem como realizar melhorias nas transposições ferroviárias nas capitais e grandes cidades brasileiras, visando aumentar a segurança e adequar a capacidade operacional.

## QUADRO 1. MALHA FERROVIÁRIA BRASILEIRA E PARTICIPAÇÃO DO ESTADO

Malha Ferroviária	Extensão em KM		Participação do Estado	
	Adição	Estoque	Absoluta	Relativa (%)
Império (1854-1889)	9.583	9.583	2.900	30,26
República (1890-1930)	22.384	31.967	19.079	59,68
Era Vargas (1931-1945)	3.283	35.250	24.330	69,02
Era Pré-Rede Ferroviária (1946-1957)	3.059	38.309	30.561	79,77
RFFSA até a Privatização (1958-1999)	-4.832	33.477	33.477	100,00
Pós-Privatização (2000-2006)	-4.369	29.108	100	0,30

Fonte: FGV, Elaboração Própria  
Revista do BNDES, Rio de Janeiro, V. 14, N. 28, P. 93-120, dez. 2007

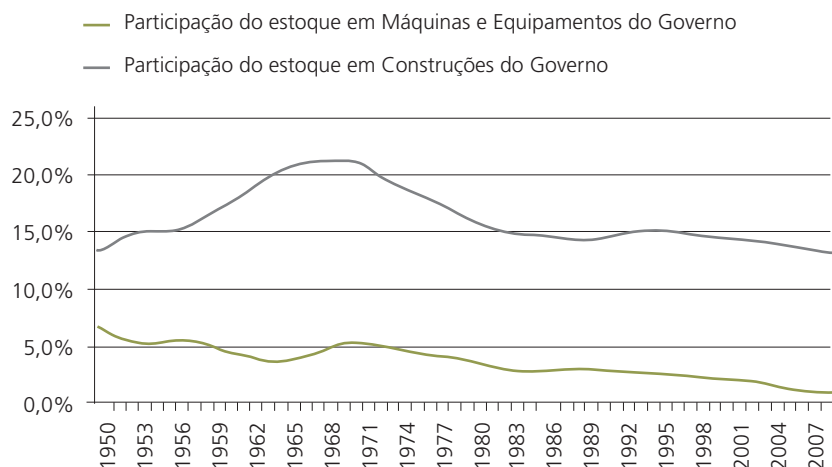
O Quadro 1 reúne informações sobre a extensão da malha ferroviária brasileira e sobre a participação do Estado neste setor. Observe-se que o atual estoque de 29.108 Km em ferrovias é inferior ao estoque vigente em finais da República Velha (1931-1945).

### O Estado como agente promotor dos investimentos em infraestrutura

Entre 1950 e 1970, a participação do governo no estoque em construções foi crescente, como pode ser constatado pelo Gráfico 10. Todavia, o fim do período de alto crescimento econômico do

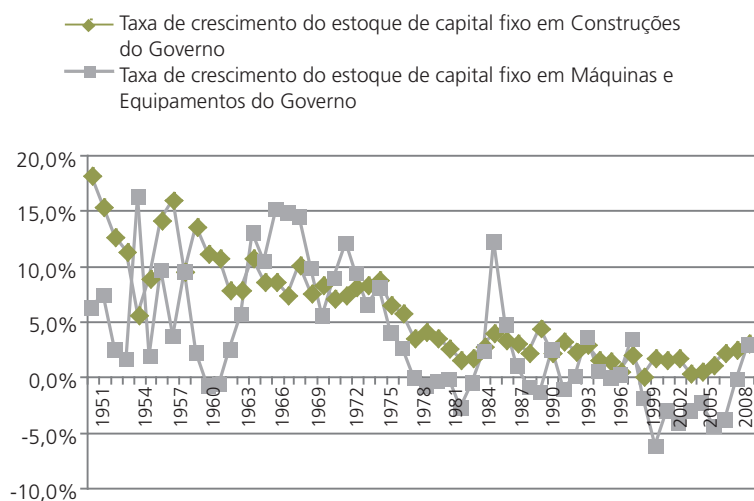
“milagre brasileira” (1967-1974) inaugura uma longa trajetória de declínio da participação do Estado brasileiro nesse setor. Após atingir um pico de 21% do estoque total de capital fixo do país, a participação das construções do governo declina para 13,5% em 2008. Já o estoque em máquinas e equipamentos declina para o nível muito reduzido de 1,6% nesse mesmo ano. Este fato poderia estar apontando para um progressivo desengajamento do setor público em um setor fundamental ao desenvolvimento econômico do país. Tal processo teria se iniciado na década de 1980 com a crise fiscal do Estado, mas se acelerou no período de liberalização comercial e financeira.

**GRÁFICO 10. PARTICIPAÇÃO DAS CONSTRUÇÕES E DAS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DO GOVERNO NO ESTOQUE TOTAL DE CAPITAL FIXO (1950-2008)**



FONTE: IPEADATA

**GRÁFICO 11. PARTICIPAÇÃO DAS CONSTRUÇÕES E DAS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DO GOVERNO NO ESTOQUE TOTAL DE CAPITAL FIXO (1950-2008)**



FONTE: IPEADATA

As mesmas estatísticas, expressas em taxas de variação, confirmam essa tendência de declínio da participação pública em infraestrutura, mas mostram também uma recuperação a partir de 2004. Do ponto de vista de uma estratégia consistente de desenvolvimento social e econômico, a participação do investimento público em infraestrutura é uma condição necessária e incontornável. Resta então saber-se se esse crescimento do estoque em construções e em máquinas e equipamentos do governo já poderia ser considerado como representativo do reconhecimento por parte do governo e da sociedade civil dos papéis indelegáveis do Estado como promotor do desenvolvimento do país.

## O PAC: virtudes e limites

Apesar de bem-vindo por suas implicações positivas para o desenvolvimento econômico brasileiro, o PAC deve ser visto como o início de um processo que, necessariamente, deve ser muito mais amplo de retomada dos investimentos em infraestrutura. Como pode ser visto pelo Quadro 1, as necessidades atuais de investimento em infraestrutura superam em suas várias componentes os montantes previstos pelo PAC. No que concerne às ferrovias e hidrovias, os investimentos previstos representam apenas 9,1% e 2,7% respectivamente. Os destaques estão nos montantes alocados em portos e em geração de energia elétrica, que suprem das necessidades atuais desses setores, respectivamente, 61,4% e 87,9% das necessidades atuais de investimento.

## QUADRO 2. O PAC E AS NECESSIDADES ATUAIS DE INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURA

Setores	Necessidade Atual de Investimento (em bilhões de R\$)	Investimentos do PAC para o período 2007-2010 (em bilhões de R\$)	Montante suprido pelo PAC como % da Necessidade Atual
Hidroviás	25,6	0,7	2,7%
Portos	4,4	2,7	61,4%
Aeroportos	7,9	3	38,0%
Ferrovias	86,7	7,9	9,1%
Rodovias	93,5	33,4	35,7%
Saneamento	220	40	18,2%
Geração de energia elétrica	75	65,9	87,9%
Total	513,1	153,6	29,9%

FONTE: Portal Exame – Anuário de Infra-Estrutura

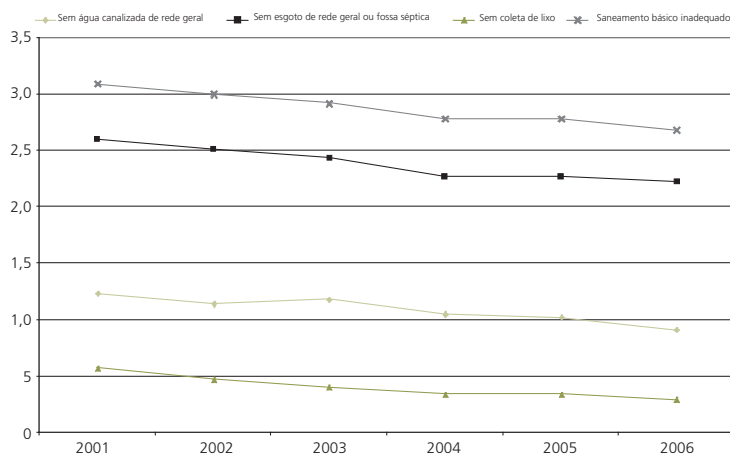
NOTA: Para as hidroviás, portos aeroportos, ferrovias e rodovias as estimativas são do Plano de Logística da Confederação Nacional do Transporte (CNT). Para o saneamento, as estimativas são da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Quanto à geração de energia elétrica, as estimativas foram produzidas pelo Plano Decenal de Expansão da Energia Elétrica (2006-2015), do Ministério de Minas e Energia.

22

Um dado positivo tem sido mencionado pela ABDIBI ao ressaltar que a média de investimentos em infraestrutura aumentou de R\$ 65 bilhões por ano entre 2003 e 2004 para R\$ 71 bilhões por ano entre 2005 e 2006 e, finalmente, para R\$ 85 bilhões por ano entre 2007 e 2008, com a expectativa de que os recursos aplicados atinjam a média

de R\$ 100 bilhões por ano até 2010. Além disso, como pode ser constatado pelo Gráfico 12, a evolução do setor de saneamento básico, água canalizada, esgoto e coleta de lixo tem sido também positiva, apesar de o ritmo de melhoria das condições infraestruturais ser ainda lento.

**GRÁFICO 12. Moradores em domicílios urbanos particulares permanentes, por tipo de carência de saneamento básico (2001 – 2006)**



Fonte: Pnad.

## Considerações finais

A análise do período pós-liberalização permite a identificação de dois diferentes regimes de acumulação de capital. O primeiro regime, vigente entre 1994 e 2003, mostrou-se inadequado para conduzir a economia brasileira a uma trajetória de crescimento forte e sustentado. Por suas características macroeconômicas, esse regime dificultou a retomada dos investimentos em infraestrutura justamente quando o Brasil modificava sua forma de inserção internacional e as exigências de maiores ganhos de produtividade e de competitividade tornavam-se prementes. Apesar da estabilidade de preços, a economia não foi capaz de atingir taxas de crescimento suficientes para responder aos grandes desafios impostos por seus graves problemas estruturais e macroeconômicos numa fase de globalização das economias nacionais. As taxas médias de crescimento econômico e de expansão do investimento produtivo permaneceram abaixo da média observada nos demais países emergentes, atrasando, portanto o processo de desenvolvimento do país.

No período 2004-2008, um novo regime de acumulação de capital emerge a partir da conjunção de condições favoráveis tanto no plano interno (recuperação do mercado interno de consumo, melhoria do crédito e redução das taxas de juros) quanto no plano externo (crescimento da demanda externa pelos produtos brasileiros e grande oferta de liquidez internacional). Esse regime expressou-se em taxas crescentes e mais estáveis de investimento produtivo, o que impulsionou também a expansão do investimento em infraestrutura.

O desenvolvimento da infraestrutura é uma condição necessária e incontornável do próprio desenvolvimento econômico e social do Brasil. Mas a intensificação e aceleração dos investimentos nesse setor fundamental dependem de montantes vultosos de recursos financeiros. Não se trata propriamente de um problema de insuficiência de poupança frente às demandas de financiamentos exigidos, pois os recursos já existem. Trata-se então da viabilidade macroeconômica de um novo modelo com taxas mais baixas de juros e com câmbio competitivo que possa canalizá-los para os setores diretamente produtivos. Como constata os estudos empíricos, o investimento em infraestrutura entra em concorrência com as alocações de capital em ativos financeiros, por natureza mais líquidos e com menores riscos. Nas atuais condições macroeconômicas, o mercado financeiro brasileiro é capaz de proporcionar aos detentores de capital ganhos muito elevados com ativos improdutivos, que superam várias vezes as expectativas de lucro com investimentos em infraestrutura. Duas alternativas são então possíveis: ou o Estado promove deliberadamente o aporte de recursos para este setor, por meio de políticas e medidas institucionais específicas ou torna-se ele mesmo o artífice de um novo modelo macroeconômico onde a iniciativa privada passe a considerar como rentável a alocação de capital em infraestrutura e demais ativos produtivos. Em ambos os casos, a participação direta e indireta do Estado é imprescindível. O Brasil, a fim de dar continuidade ao seu processo de desenvolvimento, deve fazer a escolha.

## Bibliografia

ABDIB – Associação Brasileira de Infraestrutura e Indústrias de Base – site <http://www.abdib.org.br>

ARROUS, Jean. *Les théories de la croissance*, Éditions du Seuil, Paris, 1999 ;

BENASSY-QUÉRÉ, A., BOONE, L. E COUDERT, V. Les taux d'intérêt. La Découverte, Réperes, Paris, 1998;

BNDES – site <http://www.bndes.gov.br>

BRUNO, Miguel. *Acumulação de capital e crescimento econômico no Brasil: uma análise do período 1950-2006*. in Crescimento econômico – estratégias e instituições, IPEA, Rio de Janeiro, 2009;

CONJUNTURA DA INFRAESTRUTURA – Crise financeira e investimentos: os caminhos para enfrentar as dificuldades, FGV – EESP, março 2009;

KALDOR, Nicholas, *Économie et Instabilité*. Economica, Paris, 1987;

FERREIRA e SILVA (2003). Ou MICHEL, R. e SILVA, J. C. (2005). A Macroeconomia da Concentração de Renda e da Estagnação, in Novo-Desenvolvimentismo: um projeto nacional de crescimento social. São Paulo, Ed. Manole;

LACERDA, A. C. *Infraestrutura e desenvolvimento*, Opinião Econômica, agosto 2008

LESSA, Carlos. Entrevista « Cabe a nós, economistas, por em pauta o futuro do Brasil”, Jornal dos Economistas nº 241, agosto de 2009,

MADDISON, Angus. *Evidence submitted to the select committee on economic affairs*, House of Lords, London, for inquiry into Aspects of the Economics of Climate Change, 2005;

SICSÚ, João, e VIDOTTO, C. *Economia do desenvolvimento: teoria e políticas keynesianas*, Campus, Rio de Janeiro, 2008;

STEINDL, Josef. *Maturidade e estagnação no capitalismo americano*. Abril Cultural, São Paulo, 1983

THIRLWALL, A. P. *A natureza do crescimento econômico: um referencial alternativo para compreender o desempenho das nações*, IPEA, Brasília, 2005;

VILLIEU, P. *Macroéconomie : l'investissement*. La Découverte, Réperes, Paris, 2000;

YOSHIDA, E. *O ano da infraestrutura*. Revista Exame, novembro 2007.



## A FES no Brasil

Fundada em 1925, como legado político do primeiro presidente alemão democraticamente eleito, a Fundação Friedrich Ebert (FES) é a mais antiga das seis fundações políticas alemãs, com quase 600 funcionários e atividades em mais de 100 países.

A representação da Fundação Friedrich Ebert no Brasil (FES Brasil) está organizada em quatro áreas de atuação: Estado e sociedade, mundo do trabalho, inclusão social e política internacional. Cada uma dessas áreas desenvolve projetos diferenciados, que se relacionam entre si, mas que possuem uma identidade própria.

A área Estado e Sociedade visa a contribuir para o aperfeiçoamento do Estado, de seu modelo de desenvolvimento, de suas políticas públicas e da relação da sociedade civil com os governos. O foco dos diferentes projetos atende ao desejo de contribuir para a modernização do Estado e para o fortalecimento da participação da sociedade civil na tomada de decisão em políticas públicas, tanto no Brasil como em parceria com os demais escritórios da FES na América Latina.

A área Mundo do Trabalho é a mais tradicional da Fundação Friedrich Ebert e é desenvolvida em quase todos os países onde a FES está presente. No Brasil, essa área de trabalho busca fortalecer a capacidade dos sindicatos para intervir na defesa dos interesses da classe trabalhadora, considerando e valorizando a sua heterogeneidade (de gênero, raça/etnia, geracional, dentre outras) e a diminuir a assimetria na relação entre capital e trabalho.

Junto com os sindicatos, a representação brasileira da OIT, instituições de pesquisa do meio sindical e trabalhista bem como o governo, a FES tem trabalhado em três dos quatro pilares do conceito de trabalho decente: direitos dos trabalhadores, proteção social e diálogo social.

Em Inclusão Social, a FES Brasil desenvolve projetos com governos, sociedade civil e partido político na busca da promoção da igualdade de gêneros e racial, dos direitos das juventudes, do aumento da efetividade das políticas de segurança pública e da democratização dos meios de comunicação. Nesta área, a FES também tem acompanhado e apoiado o envolvimento de mulheres do campo da esquerda para articulação e incidência nos espaços em que as mulheres se afirmam como sujeitos políticos e de direitos e contribuem para a alteração das desigualdades de gênero na sociedade brasileira.

Para ampliar a capacidade de elaborar propostas e compreender o impacto das decisões internacionais na arquitetura política e financeira internacional, a FES Brasil desenvolve na área Política Internacional projetos em cooperação com organizações da sociedade civil e instituições governamentais. Esta área contribui para intensificar o diálogo entre os poderes emergentes e os já estabelecidos, com vistas a descobrir e examinar possibilidades de cooperação política.

Temas da agenda global são incluídos sistematicamente no trabalho de projeto nacional realizado pela FES Brasil com a intenção de discutir a grande relevância dos desafios globais para o país e desenvolver posições neste sentido junto com nossos parceiros mais importantes, ou seja, CUT, PT, ONGs e governos progressistas.

Em todas essas áreas, a FES desenvolve sistematicamente projetos em parceria com nossos escritórios na América Latina, Bruxelas, Nova Iorque e Berlim. A FES Brasil também apóia missões de intercâmbio técnico e político no contexto do diálogo entre Brasil e Alemanha, assim como projetos de pesquisa específicos sobre integração regional.

## Nossas publicações

### Série Análises e Propostas

Nº 37, 2009 - O direito à proteção social: perspectivas comparadas

Lena Lavinias e Barbara Cobo

Nº 36, 2009 - Desenvolvimento, planejamento e atores sociais: conceito e experiências

Gilberto Maringoni

Nº 35, 2009 - As políticas de igualdade racial no Brasil

Matilde Ribeiro

Nº 34, 2007 - A segurança como um desafio moderno aos direitos humanos

Marcos Rolim

Nº 33, 2006 - Política Municipais de Segurança Cidadã: problemas e soluções.

Paulo de Mesquita Neto

Nº 32, 2004 - A regulação internacional dos subsídios à exportação: uma reflexão sobre a necessidade de proteção da agricultura familiar brasileira

Adriana Dantas

Nº 31, 2004 - Por que o Desenvolvimento Econômico Local é tão difícil, e o que podemos fazer para torná-lo eficaz?

Jörg Meyer-Stamer

### Série Policy Paper

Nº 30, 2002 - Desenvolvimento Local e Sustentável

Sérgio Andréa

Nº 29, 2002 - Internet: a quem cabe a gestão da infra-estrutura?

Carlos Alberto Afonso

Nº 28, 2001 - Estratégias de Desenvolvimento Local e Regional: Clusters, Política de Localização e Competitividade Sistêmica

Jörg Meyer-Stamer

Nº 27, 2001 - Principais Aspectos Jurídicos da Reforma Trabalhista no Cone Sul.

Mauro de Azevedo Menezes

Nº 26, 2000 - Internet no Brasil: o acesso para todos é possível?

Carlos A. Afonso

Nº 25, 1999 - Liberdade Sindical e Representação dos Trabalhadores nos locais de trabalho no Brasil - Obstáculos e desafios.

José Francisco Siqueira Neto

Nº 24, 1999 - Tribunais do Trabalho na República Federal da Alemanha.

Wolfgang Däubler

Nº 23, 1999 - Estimular o crescimento e aumentar a competitividade no Brasil: Além da política industrial e da terceirização da culpa.

Jörg Meyer-Stamer

Nº 22, 1998 - Responsabilidade individual e responsabilidade coletiva - Exemplos internacionais de política social e salarial.

Andreas Esche

Nº 21, 1997 - Pobreza no Brasil: quatro questões básicas.

Ricardo Barros, José Márcio Camargo, Rosane Mendonça

Nº 20, 1996 - ISO 9000.

José Augusto Fernandes

Nº 19, 1996 - Ambiente Econômico e Resposta Empresarial: o ajuste da indústria brasileira nos anos 90.

Paulo Fernando Fleury

Nº 18, 1996 - Pequenas Empresas: problemas estruturais e recomendações de política.

Edward J. Amadeo

Nº 17, 1995 - Diretrizes para a Política Social.

Francisco E. Barreto de Oliveira e Kaizô Iwakami Beltrão

Nº 16, 1995 - Encargos Trabalhistas, Emprego e Informalidade no Brasil.

Edward J. Amadeo

Nº 15, 1995 -Seguridade Social no Brasil: uma Proposta de Reforma.

Francisco E. Barreto de Oliveira e Kaizô Iwakami Beltrão

Nº 14, 1995 -A Indústria Automobilística no Brasil: Desempenho, Estratégias e Opções de Política Industrial.

José Roberto Ferro

Nº 13, 1995 -Formação Profissional: Teses a partir das Experiências Alemã e Japonesa.

Walter Georg

Nº 12, 1994 -Negociações Coletivas e Relações Industriais no Brasil: Temas e Propostas.

Edward J. Amadeo

Nº 11, 1994 -A Transformação Competitiva do Complexo Eletrônico Brasileiro: Análise e Estratégia de Ação.

Claudio Frischtak

Nº 10, 1994 -Inserção do Brasil no Comércio Mundial e Competitividade de suas Exportações: Problemas e Opções.

Jorge Chami Batista

Nº 9, 1994 - Notas sobre Políticas de Emprego e Mercado de Trabalho no Brasil.

Edward J. Amadeo

Nº 8, 1994 - Política Econômica e Distribuição de Renda no Brasil: Uma Agenda para os Anos 90.

André Urani.

Nº 7, 1993 -Existe um Estado Pós-Fordista? Reforma e Funções do Estado Brasileiro no Novo Paradigma.

José Luis da Costa Fiori

Nº 6, 1993 - Sistema de Inovação e Modernização Tecnológica.

Cláudio Frischtak, com colaboração de Sergio Thompson Flores

Nº 5, 1993 - A Reestruturação da Indústria Brasileira. Situação Atual, Opções, Recomendações.

Rogério Valle

Nº 4, 1993 -Educação Brasileira: Consertos e Remendos.

Claudio de Moura Castro

Nº 3, 1993 -Regulamentação do Capital Estrangeiro no Brasil: Subsídios para a Reforma Constitucional.

Bernard Appy, Cristian Andrei, Fernando A. de Arruda Sampaio

Nº 2, 1993 -Premissas para a Reforma Constitucional. Bernard Appy, Cristian Andrei,

Fernando A. de Arruda Sampaio

Nº 1, 1993 -O Brasil precisa de um Banco Central independente? Opções e problemas.

Barbara Fritz

